

bem menciona o autor, de “*decisões que se traduzem em esperança de vida ou uma sentença de morte para comunidades inteiras*” (p. 68). Esse é um dilema na atualidade colocado pela complexidade da epidemia e que se traduz na dificuldade para o seu enfrentamento, sobretudo quando a questão se volta para as estratégias de prevenção e garantia de acesso a uma assistência ampla e não exclusiva aos anti-retrovirais.

Por fim, no capítulo cinco o autor apresenta como que a epidemia de AIDS, no início do século XXI, ainda que estabilizada em alguns países, segue em expansão no mundo, com marcadas assimetrias regionais e populacionais, principalmente na África Sub-saariana, na Índia e na China. Procura delinear as perspectivas das pessoas que vivem com HIV/AIDS, em particular aquelas mais vulneráveis, como no caso dos usuários de drogas injetáveis, relacionados-as ao cenário econômico, político e social e destacando as fragilidades das redes sociais existentes. Isso tendo em vista que “*o vírus, simplesmente, e num sentido metafórico, se beneficia das linhas de fragilidade das redes sociais onde é introduzido*” (p. 87). Esse processo se dá pela descontinuidade das ações de prevenção, pelas ameaças por confrontos violentos decorrentes das guerras urbanas e rurais, pela vulnerabilidade de grupos sociais marginalizados, criminalizados e estigmatizados, enfim, por diferentes aspectos que fragilizam o controle tanto individual quanto coletivo, no nível micro ou macro.

Enfim, *AIDS na Terceira Década* oferece aos leitores, de forma sintética e bem estruturada, um navegar pelas entrelinhas da história de uma epidemia tão dinâmica e multifacetada como no caso da Aids. O mérito da obra está na habilidade do autor em construir argumentos bem fundamentados e de indicar caminhos a serem trilhados, seja no campo da pesquisa como no da intervenção, para um controle mais efetivo de uma epidemia ainda em expansão.

Marly Marques da Cruz  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação  
Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.  
Programa de DST/AIDS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de  
Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
marly@ensp.fiocruz.br

**DISCAPACIDAD: LO QUE TODOS DEBEMOS SABER. Amate AE, Vásquez AJ, editores. Washington DC: Organización Panamericana de la Salud; 2006. 194 pp.**

ISBN: 92-75-31616-3

Amate & Vásquez, com propriedade, estruturam o livro *Discapacidad: Lo que Todos Debemos Saber*. Juntamente com outros colaboradores, transformam seus escritos em uma publicação científica e técnica com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). O livro tem como tema central uma extrema preocupação e um verdadeiro alerta aos órgãos investidos de poder para a saúde da população e aos profissionais da saúde, no que se refere à incapacidade das pessoas para a vida social e para o trabalho.

É alarmante o dado da OPAS de que 85 milhões de pessoas na América Latina vivem com incapacidades, e destes, apenas 2% encontram soluções a seus problemas. Minimamente, esses dados precisam sensibilizar os profissionais da saúde e os governantes que têm a capacidade investida de modificar, transformar e até resolver os quadros de saúde de um país.

As tendências atuais, em função do aumento da violência, dos conflitos bélicos, dos acidentes, do abuso do álcool e drogas, do abandono de grupos sociais, da extrema pobreza e desnutrição e, também dos próprios fenômenos naturais, produzem índices cada vez maiores de pessoas que por força destes eventos tornam-se incapazes não só para o trabalho e para o estudo, mas para o próprio gerenciamento de sua qualidade de vida (saúde) e, sem mencionar detalhes dos deveres dos governantes para com estes cidadãos.

Ao longo da leitura, torna-se nítida a pertinente preocupação sobre elementos e intervenções para a manutenção da saúde. Com isso, o empenho em diminuir a carga social e econômica gerada pelos tratamentos prolongados, deficiências crônicas, aposentadorias precoces, e principalmente, perdas da população para a produção através do trabalho e na escolaridade devido à falta de preparo destas escolas.

A incapacidade também produz transtornos familiares, acarretando perdas, não apenas econômicas, mas sociais e psicológicas dos cuidadores que assistem a essas pessoas.

Esta obra nos oferece subsídios significativos para a prevenção da incapacidade das pessoas. Faz um alerta aos profissionais da saúde no sentido de demonstrar a imperiosa necessidade da responsabilidade profissional e social no que tange a prevenção e a recuperação do ser humano, ao menos na sua qualidade de vida (saúde), para a reinserção social e ao trabalho.

A obra sustenta a tese de que o investimento deve ser na atenção primária de saúde, nos sistemas locais e na qualidade de vida das pessoas acometidas em sua qualidade de vida (saúde) a partir da própria família, da comunidade e do poder público.

Inicialmente os autores descrevem uma retrospectiva histórica e a progressão dos estudos sobre conceitos abrangentes e apropriados ao estado atual das incapacidades de cada época. No passado as preocupações eram filantrópicas, a invalidez era uma característica pouco valorizada. Isso evoluiu gradativamente com a força da democratização política, do conhecimento e da própria pessoa acometida da incapacidade, determinando a incorporação do direito à reintegração social.

Atualmente as pessoas que apresentam incapacidade, nem todas, reivindicam da sociedade o direito à qualidade de vida e à igualdade de condições. Isso significa ter acesso igualitário aos serviços de saúde, educativos, ocupacionais e recreativos, bem como ter uma vida digna e de boa qualidade, e participar plenamente da sociedade contribuindo no desenvolvimento socioeconômico da comunidade onde vive. Reivindicando inclusive a garantia de vagas no mercado de trabalho.

No livro são apresentados de forma detalhada os conceitos gerais sobre incapacidades, as intervenções para a saúde, o acometimento e ações de prevenção ao funcionamento das estruturas corporais e, por fim, retrata a incapacidade dos grupos populacionais, especificamente crianças, adolescentes, adultos de modo geral e as enfermidades crônicas.

A visão dos autores é que os direitos humanos permitem considerar as pessoas com incapacidade como indivíduos que necessitam de serviços diferentes e especializados, para que possam usufruir de situações que os habilite a se desenvolverem plenamente como cidadãos ativos.

Para isso, as pessoas com as mais diversas incapacidades demandam o amparo do governo, do sistema

de saúde, de sua família, da escola e dos companheiros de trabalho. Estes necessitam participar ativamente das decisões políticas e dos programas que envolvam questões para sua qualidade de vida (saúde).

Ao longo do texto estão claramente expostas questões pertinentes para que todas as pessoas com incapacidade tenham uma qualidade de vida aceitável.

Para isso, os autores requerem do sistema de saúde e da sociedade, ações de promoção de vida nas quais o que é considerado incapacitado seja ator do seu próprio desempenho e limite. A prevenção de incapacidades e recuperação funcional demandam uma carga imensa de responsabilidades a todos que de um modo ou outro são afetados (familiares, amigos, companheiros de trabalho e outros) da necessidade da tão valiosa reinserção social, ou seja, inclusão social. A reabilitação é um componente fundamental para a saúde pública. E denota indiscutivelmente, responsabilidade social.

Amate & Vásquez discutem apropriadamente a importância da reabilitação integral, as deficiências funcionais, em especial as motoras, e a qualidade de vida. Abordam a bioética, no sentido da responsabilidade de cada profissional da saúde, tanto na recuperação quanto nas seqüelas que podem surgir de atos bem intencionados porém acidentais que podem produzir iniquidades, além daquelas às quais essas pessoas estão sujeitas diariamente. A importância para a reabilitação, e a mínima qualidade de vida do ser humano, está sob a responsabilidade das pessoas que se propõem à sua recuperação.

Descrevem minuciosamente como podem ser desenvolvidas as políticas de saúde para a prevenção, reabilitação e a integração, por meio dos conceitos atuais com base nas políticas de saúde sobre a prevenção dos fatores de risco, dos diversos processos possíveis da reabilitação, desde a participação familiar, comunitária e dos recursos tecnológicos.

Os autores transitam desde a prevenção à reabilitação sem a preocupação de ensinar técnicas. Analisam os dados disponíveis e nos apresentam a educação como o modo eficaz de modificar a situação que está aos nossos "olhos".

Apontam a limitação, ou a incapacidade das pessoas, e mais ainda, a perspicácia destas que conseguem, e sobrevivem por elas mesmas, com suas mais diversas peculiaridades, incapacidades e preocupações, apenas com a ajuda de suas famílias. Dependem quase que exclusivamente de orientações simples advindas de assistentes sociais conscientes de sua responsabilidade social e profissional, oferecendo as alternativas possíveis de busca própria aos serviços de saúde.

Nos capítulos que seguem, com extrema propriedade, realçam a importância dos enfermeiros, fisioterapeutas, médicos, enfim, todos os profissionais da saúde comprometidos e envolvidos com as intervenções de recuperação, bem como de auxílio e cuidados no tratamento competente de tecnologias inovadoras, eficazes e modernas para que se evite uma dependência ainda maior ou até mesmo uma incapacidade irreversível.

A reabilitação é tratada, nesta obra, com um conceito ampliado, humano e extremamente apropriado, para onde se desenrolam as circunstâncias de vida dos incapacitados, com preocupações em praticamente todos os aspectos que envolvem o ser humano. Os autores, nesta obra, têm se preocupado com uma

escrita *altamente filosófica*, com o objetivo (penso eu) de fazer com que os profissionais e os órgãos formadores não permaneçam na "simplicidade e mesmice do tema". Não fogem em quase todos os parágrafos das *questões culturais*, às quais os incapacitados se vêem envolvidos. Essas duas linhas (filosófica e cultural) permeiam o livro. Isso faz dele uma obra prima, que tanto dos incapacitados ao mais graduado filósofo, antropólogo, sociólogo ou quem quer que tenha se proposto a estudar o mundo das incapacidades e dos incapacitados podem compreender e assimilar as iniquidades existentes em nosso cotidiano, lamentável, por colaboração da ineficiência do Estado e dos órgãos instituídos em que a premissa é "nada, ou quase nada muda". O entorno de si mesmo (incapacitado), de sua família e da sociedade de modo geral que convivem com estes, nos sensibilizam ao ponto de não mais ser capaz de olhar o incapacitado com os mesmos "olhos".

Na última parte do livro, de modo didático e envolvente, os autores transitam por conceitos e marcos fundamentais da incapacidade nos grupos populacionais, proporcionando ao leitor a preocupação e a responsabilidade frente à incapacidade das pessoas que estão em nosso convívio social.

A visão dos autores é de que os direitos humanos permitem considerar as pessoas com incapacidades que necessitam de serviços diferentes e especializados para que possam usufruir de situações que as habilite a se desenvolverem plenamente como cidadãos ativos, dependem exclusivamente de decisões políticas amadurecidas, uma vez que estes além de improdutivos, geram altos custos aos cofres públicos.

Os autores nos apresentam conceitos e modos de tratar a reabilitação baseados na comunidade, e neste momento encontramos possibilidades de um trabalho efetivo e que nos fornece base para desenvolver novas formas de intervir e melhorar a qualidade de vida da pessoa incapacitada.

Para os casos de maior complexidade fica evidente a necessidade de cuidados apropriados e capacitados, tanto para os que providenciam o conforto físico, social e todas as necessidades básicas e ainda os que se preocupam com as funções motoras de seu desenvolvimento estudantil e da capacidade de atingir uma profissão e um auto gerenciamento de sua vida.

Na leitura, observamos que, com muita discrição, os autores não mencionam necessariamente a incapacidade mental. Bem sabemos que as seqüelas, as limitações referentes à incapacidade de estar estruturalmente apto psicologicamente produzem distúrbios que geram transtornos enormes no que tange a dependência de tecnologia medicamentosa, da companhia permanente e na maioria das vezes em suas próprias residências junto aos seus familiares. Estes por vezes deixam suas atividades laborativas para cuidar das pessoas com esse grau de incapacidade.

A incapacidade ainda é um elemento grave de desigualdade social.

Pode-se esperar uma obra prima, escrita em espanhol, e que se propõe a nos ofertar inúmeros questionamentos, mas também alternativas possíveis. Apresenta conhecimentos básicos, filosóficos, antropológicos e sociológicos para nos fornecer elementos e intervenções para manter a boa função da pessoa em seu meio social, que busca a atenção dos serviços de saúde.

Esta obra é capaz de nos “brindar” com incredulidade, espanto, tristeza e a imperiosa necessidade da responsabilidade profissional política e social.

A leitura parece obrigatória aos formadores de políticas públicas de saúde e às pessoas que investem em qualidade de vida (saúde) aos portadores de incapacidades, e aos que passam pela vida percebendo e sentindo os seres humanos, suas potencialidades e limitações.

Glória Inês Beal Gotardo  
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.  
gotardo@ifffiocruz.br

**FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.** Lima JCF, Neves LMW, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 320 pp.

ISBN: 85-7541-074-1

Entre os comentários que me têm chegado aos ouvidos sobre a coletânea *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo* uma pergunta se destaca: Seria apropriado nomeá-la a partir do tema da “educação” apenas? De fato, não é de surpreender que, tendo em vista a abrangência das reflexões nela apresentadas, talvez se pudesse pensar em chamá-la “para entender a realidade brasileira contemporânea”. No entanto, a obra – preparada para o Seminário Comemorativo dos 20 anos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ) – parece nos dizer em alto e bom som: para pensar a educação brasileira contemporânea, é preciso entendê-la a partir dos pressupostos econômicos, políticos e filosóficos da sociedade em que se insere. Mas o livro é certamente do interesse daqueles que buscam compreender os fundamentos das demais políticas sociais no Brasil atual. De fato, esse interesse pode ser comprovado pelo fato de que, em apenas um ano, a primeira impressão se esgotou e uma nova remessa já está sendo preparada.

O livro espelha o sentido no qual a EPSJV vem trabalhando para elaborar a politécnica como projeto e implementá-la em seu processo educacional. Iniciativa coordenada por Lúcia Maria Wanderley Neves e Júlio César França Lima, a coletânea foi o primeiro momento de sistematização de idéias para aquecer o debate com os autores durante o seminário, ocorrido no início de maio de 2006 na própria EPSJV. O balanço das comunicações orais e do debate suscitado será publicado na forma de texto e DVD ainda este ano.

A escolha dos autores, todos eles respeitados por sua produção intelectual e reconhecidos no campo da esquerda no Brasil, dá o tom da obra. Contrariando as linhas de pensamento avessas ao marxismo, a maioria dos textos se posiciona pela filosofia da práxis para elucidar o processo histórico que vem conformando nossa realidade, na perspectiva da luta de classes, visando à emancipação da classe trabalhadora. Dedicam-se, portanto, à difícil tarefa de pensar o Brasil contemporâneo nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, tendo como preocupação central a reflexão sobre a educação na luta pela emancipação, pelo socialismo.

No primeiro texto, Miriam Limoeiro Cardoso discute o conceito de sociedade pós-moderna (sociedade da informação, sociedade do consumo) e o quanto, com o discurso de que esse novo momento significará pro-

gresso e melhoria para todos, seus ideólogos ofuscam a percepção de que esta mesma sociedade não deixou de ser capitalista, que cria novas formas de exploração e dominação. As teorias da modernização e do desenvolvimento propagadas após a 2ª Guerra Mundial são apresentadas a partir da contestação elaborada por Florestan Fernandes ao processo nomeado por ele de capitalismo dependente, característico do Brasil, gerador de sobreexploração e sobreexpropriação, além de regimes autocráticos. A sociedade em que vivemos sob o capital mundializado é vista a partir da sistematização de reflexões de Hobsbawm, Wallerstein, Chesnais, Arrighi e Hardt/Negri. Cardoso não se propõe, contudo, a aprofundar a discussão sobre as nuances e os pontos de divergência existentes entre esses autores. O texto ressalta a importância de algumas noções para a compreensão do capitalismo contemporâneo, pinçadas de Marx (subsunção formal e real do trabalho ao capital), Althusser (ideologia e luta ideológica) e Foucault (funcionamento das malhas do poder – disciplina, controle e biopolítica), colocando como imperativo à sua superação a incorporação à luta ideológica do acesso geral ao conhecimento crítico e sua análise e discussão pelos movimentos de resistência e luta.

O texto seguinte, de Leda Maria Paulani, apresenta um apanhado da doutrina neoliberal formulada por Friedrich Hayek nos anos 1940 e do contexto histórico em que se ancorou, em meados dos anos 1970, a partir da crise econômica instalada nos países do capitalismo central, mormente os Estados Unidos, a partir do fim da reconstrução da Europa e Ásia e da industrialização da América Latina. A autora discute a pressão dos países centrais pela liberalização dos mercados financeiros e os ataques às conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora empreendidos por Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Esses governantes encontrariam em Hayek o argumento para as novas práticas de controle do gasto público, privatização de empresas estatais e restrição das funções do Estado, fundando uma nova fase de reprodução ampliada do capital, sob os imperativos da acumulação financeira – na qual se verifica o maior processo de concentração de capital da história capitalista. Paulani explicita o papel assumido pelo Brasil nesse contexto – na contramão dos direitos constitucionais recém-instituídos – de plataforma de valorização financeira internacional, pela abertura econômica, privatização, sobrevalorização da moeda nacional e elevação da taxa de juros, além das reduções de gastos estatais na área social. Mostra, ainda, como o “estado de emergência econômico” propagado nos anos 1990 foi fundamental para a viabilização do projeto neoliberal no país. Como Miriam Limoeiro, Leda Paulani ressalta a importância da mobilização social para a superação desse modelo.

Márcio Pochmann dá seqüência, no terceiro texto, às reflexões sobre o modelo econômico adotado no Brasil a partir dos anos 1990, levantando elementos da década anterior para compreender o processo de estagnação econômica brasileira em favor do pagamento dos serviços da dívida externa. Enfatiza, nesse processo, a dependência financeira e ausência de crescimento econômico sustentável, a revisão do papel do Estado na economia nacional e a reformulação do setor público – restringendo o gasto público quanto à sua aplicação em políticas de universalização de direitos sociais –, a destruição e reestruturação do sistema produtivo industrial e a desestruturação do mercado de trabalho,